

Projeto de Lei nº 3393, de 2021

Iniciativa: Senador Jorginho Mello (PL/SC)

Ementa:

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, para facultar o direito de retirada da sociedade quando contratada com o agressor e excluir da isenção de pena a hipótese de crime de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Assunto: Jurídico - Direito Empresarial e Econômico**Data de Leitura:** 30/09/2021

Em tramitação

Decisão:	-	Último local:	22/06/2022 - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Destino:	-	Último estado:	22/06/2022 - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Despacho:

26/10/2021

Decisão da Presidência

Análise - Tramitação sucessiva, Instrução da matéria

(SF-CDH) Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

(SF-CCJ) Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Relatoria:

CDH - (Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa)

Relator(es):

Senadora Daniella Ribeiro (encerrado em 15/06/2022 - Substituído por "ad hoc")

Senador Paulo Paim (Relator Ad hoc) (encerrado em 22/06/2022 - Deliberação da matéria)

TRAMITAÇÃO

22/06/2022 CCI - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR**Ação:** Matéria aguardando distribuição.

22/06/2022 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Ação: À CCI para prosseguimento da tramitação.

15/06/2022 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: APROVADO PARECER NA COMISSÃO**Ação:** Na 21ª Reunião (extraordinária) o Presidente da Comissão nomeia o Senador Paulo Paim relator "ad hoc". Em seguida, a Comissão aprova o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto.*Publicado no DSF Páginas 134-141 - DSF nº 95*

13/06/2022 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO**Ação:** Matéria constante da Pauta da 21ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, agendada para o dia

TRAMITAÇÃO

15/06/2022.

07/03/2022 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Em reunião realizada em 07/03/2022, a matéria foi retirada de pauta.

04/03/2022 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Matéria constante da Pauta da 5ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, agendada para o dia 07/03/2022.

16/02/2022 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Recebido relatório da Senadora Daniella Ribeiro com voto favorável ao projeto.

08/11/2021 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Distribuído à Senadora Daniella Ribeiro, para emitir relatório.

08/11/2021 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Ação: Não foram recebidas emendas no prazo regimental.
Matéria aguardando distribuição.

26/10/2021 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Ação: Recebido na CDH.
Prazo para recebimento de emendas:
Primeiro dia: 28/10/2021;
Último dia: 05/11/2021.

26/10/2021 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Ação: Prazo: Apresentação de Emendas a projeto terminativo em Comissão (Art. 122, II, "c", do RISF). De 28/10/2021 a 05/11/2021.
Perante a CDH.

26/10/2021 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS

Ação: A matéria vai à CDH, seguindo posteriormente à CCJ, em decisão terminativa, cabendo apresentação de emendas perante a primeira Comissão pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, "c", do Regimento Interno.

Publicado no DSF Páginas 130 - DSF nº 176

TRAMITAÇÃO

30/09/2021 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Encaminhado à publicação, em 30/09/2021.

Publicado no DSF Páginas 177-181 - DSF nº 160

DOCUMENTOS

PL 3393/2021

Data: 30/09/2021

Autor: Senador Jorginho Mello (PL/SC)

Local: Plenário do Senado Federal

Descrição/Ementa: Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, para facultar o direito de retirada da sociedade quando contratada com o agressor e excluir da isenção de pena a hipótese de crime de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Avulso inicial da matéria

Data: 30/09/2021

Autor: Senado Federal

Local: Plenário do Senado Federal

Ação Legislativa: Encaminhado à publicação, em 30/09/2021.

Descrição/Ementa: -

Relatório Legislativo

Data: 16/02/2022

Autor: Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB)

Local: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Descrição/Ementa: Relatório PL 3393/2021

P.S 7/2022 - CDH

Data: 15/06/2022

Autor: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Local: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Ação Legislativa: Na 21ª Reunião (extraordinária) o Presidente da Comissão nomeia o Senador Paulo Paim relator "ad hoc". Em seguida, a Comissão aprova o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto.

Descrição/Ementa: Relatório PL 3393/2021

Listagem ou relatório

Data: 20/06/2022

Autor: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Local: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Descrição/Ementa: Listagem ou relatório descritivo-Lista de Presença da reunião da 21ª Reunião CDH